

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Conferências

Organizadores

Jorge Fernandes Alves

Pedro Vilas-Boas Tavares

Porto, FLUP, 2020

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto I Conferências

ORGANIZAÇÃO: Jorge Fernandes Alves e Pedro Vilas-Boas Tavares

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: 2021

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 250 exemplares

DEPÓSITO LEGAL:

ISBN: 978-989-8969-74-3

ISSN: 1646-1525

A GEOGRAFIA NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (1919-1931): UMA HERANÇA RATZELIANA

O ensino superior de Geografia na cidade do Porto não se inicia apenas com a criação da Faculdade de Letras em 1919. Havia muito que diversos temas, enquadrados em diferentes campos do saber, e que a seu tempo foram integrando a Geografia moderna, se lecionavam nas instituições de ensino superior que o poder central permitira criar no Porto, face ao monopólio nacional conservado pela Universidade de Coimbra.

Na segunda metade do século XVIII, a ação reformadora pombalina estendeu-se ao Porto, de forma mais incisiva, desde a revolta popular contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1757, e a nomeação de João de Almada e Melo (1703-1786), para dirigir os destinos da cidade, não só os militares como os civis mas, particularmente, os institucionais e os urbanísticos. Neste quadro foi criada a Aula de Náutica, em 1762, que fixou a existência do ensino superior no Porto, e neste, o ensino dos temas geográficos¹.

A PRESENÇA DA GEOGRAFIA: DA AULA DE NÁUTICA ÀS REFORMAS LIBERAIS

A Aula foi suportada pela Companhia, já que o ensino da Náutica se ligava ao particular interesse que a instituição tinha na exportação do Vinho do Porto e no comércio marítimo de longo curso. Aos temas como a Astroномia, a Cosmografia, o estudo dos climas ou dos oceanos, juntavam-se na leção, os dedicados às questões militares da guerra marítima e à

¹ Araújo, Bernardo e Monteiro, 2012.

Cartografia. Entre os lentes de Aula de Náutica destacou-se o nome de José Monteiro Salazar (1715-1789), piloto e reputado cartógrafo, de quem se conhecem diversas cartas hidrográficas, em particular, o *Mapa da Cidade e Rio da cidade do Porto*, de 1779.

O exercício prático destes temas cartográficos e geográficos no ensino superior portuense conhecerá uma nova etapa através da criação da Aula de Debuxo e Desenho, em 1779. Normalmente associada às Belas-Artes e às questões técnicas das Ciências Náuticas, esta Aula liga-se à Geografia por dois conteúdos programáticos importantes: o desenho de paisagem e a elaboração de mapas hidrográficos e plantas das cidades com portos marítimos ou fluvio-marítimos. Refere-se no texto de fundação, que as lições se destinam tanto à “(...) mocidade nobre como também para os comerciantes, fabricantes, artistas, oficiais, aprendizes e marinheiros”².

O funcionamento regular destas instituições não foi fácil nos conturbados tempos da viragem do século. Quer a Aula de Náutica, quer a de Debuxo e Desenho, que há muito apresentavam profundos problemas internos, foram extintas em 1803, ao ser criada uma nova e poderosa instituição: a Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto, ainda sob a tutela da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Eram vários os cursos ministrados e em quase todos encontramos temas, métodos e materiais que se relacionam com a Geografia. Para os de Matemática, de Pilotagem e de Agricultura, em particular, a Academia teve de adquirir instrumentos astronómicos e marítimos, globos, cartas geográficas e topográficas, além de numerosa bibliografia especializada.

Na Aula de Desenho da Academia: “O lente devia dar em cada ano um curso completo de Desenho que compreendesse os seus diferentes ramos, de modo a fazer públicas as obras de arte, naturais ou de convenção, explicando distintamente os princípios da perspectiva, o modo de preparar as tintas e de dar aguadas. Devia, além disso, ensinar, positiva e eficazmente, o desenho de marinha, fazendo copiar e reduzir plantas de costa, baías, enseadas e portos, representando as vistas de ilhas, cabos e promontórios e a dos navios considerados em diferentes posições e manobras e, por último, habilitar os alunos na praxe do risco das cartas geográficas e topográficas”³. Mas, além deste desenho mais técnico e relacionado com a elaboração de mapas e plantas, há que recordar as aulas de pintura, e nelas a importância da paisagem⁴.

² Santos, 1996:30-31.

³ Santos, 1996:45.

⁴ Para avaliarmos a qualidade das aulas lecionadas na Academia, bastará enumerarmos os artistas que aí ensinaram nas primeiras décadas de Oitocentos: Vieira Portuense (1800-1805), Domingos Sequeira (1806-1821), João Baptista Ribeiro (1811-1831) e Augusto Roquemont (1831-1832).

Na Academia era também ministrado um Curso de Comércio que contava, entre as matérias ensinadas, com uma Geografia histórico-comercial, essencialmente descritiva e exaustiva, no que respeitava a informações sobre países e suas colónias, matérias-primas e produções económicas, cidades, portos e rotas marítimas. Diretamente relacionados com o Curso de Comércio encontravam-se os cursos de línguas Francesa e Inglesa, onde os alunos destinados à carreira de piloto, deviam traduzir obras eruditas de Geografia e nestas, com maior atenção, os temas de hidrografia e de matemática.

Após as Invasões Francesas, a ocupação inglesa e a Revolução Liberal de 1820, em pleno contexto da Guerra Civil, foi fundada no Porto, em 1833, “(...) uma biblioteca pública com os livros das bibliotecas dos conventos extintos, [que] destinava à Academia da Marinha e do Comércio, dos exemplares duplicados, as obras que tratavam de ciências matemáticas, navegação, comércio e agricultura, indústria e artes, geografia, cronologia e história. Não tinha nesse tempo a Academia, cadeiras de Física, nem de Química, nem de História Natural. O decreto destinava um exemplar dos duplicados relativos a estas matérias para a Escola Médica”⁵. De facto, os sucessivos conflitos militares já referidos haviam criado no Porto condições para a criação do ensino superior da Medicina e da Cirurgia, daí a existência da Régia Escola de Cirurgia, desde 1825.

Como aconteceu em Lisboa, onde várias instituições de ensino público receberam notáveis espólios bibliográficos graças à “redistribuição” organizada pela Biblioteca Nacional, a partir das numerosas livrarias das extintas ordens religiosas, também no Porto ocorreu um processo semelhante, com base na Biblioteca Pública⁶. As pequenas bibliotecas das instituições de ensino superior, que a pouco e pouco, por aquisições ou doações se tinham constituído, receberam então um muito significativo número de obras, entre as quais se contavam verdadeiros tesouros bibliográficos. Bastará avaliarmos a quantidade e a qualidade das obras de Geografia e de Cartografia existentes na Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto, tendo em conta a sua proveniência, para confirmarmos a importância desse processo, na constituição das coleções bibliográficas da Universidade.

A GEOGRAFIA NAS ESCOLAS E ACADEMIAS OITOCENTISTAS

O quadro reformista liberal, também no Porto, tem um momento alto na criação de instituições de ensino superior, nos anos de 1836-1837. Nesta última data e, em parte, como herdeira da Academia Real de Marinha e Comér-

⁵ Basto, 1937. Ver *2º Centenário da Academia Real da Marinha...*, 2003.

⁶ Ver Barata e Cabral, coord., 1984.

cio, foi fundada a Academia Politécnica do Porto, instituição que atravessará todo o século XIX, até à implantação da República, como a grande referência do ensino técnico superior na cidade⁷. Nela encontramos as matérias geográficas lecionadas nos mesmos tipos de cursos (ou afins), que haviam funcionado nas instituições que a antecederam. No Curso de Pilotos e de Engenheiros Geógrafos ensinava-se o Desenho de figura e de paisagem, o Desenho de topografia e paisagem pelo natural, o Desenho geográfico, com a obrigatoriedade de elaboração de mapas e “plantas de costas, baías, enseadas e portos”. Em todas estas variantes do desenho se cruzavam princípios e elementos da Astronomia, da Matemática, da Pintura, da Cartografia, e implicavam o trabalho de campo.

A Geografia mais descritiva surgia no Curso de Comerciantes. A 11.^a Cadeira (Comércio), repartida por três anos, incluía Geografia comercial, com a caracterização topográfica e comercial dos portos, especialmente os que negociavam com Portugal e suas colónias, a descrição das estradas mais adequadas para o tráfego de artigos comerciais e o movimento dos portos. Com a reforma de 1885 alguns princípios foram alterados. A instituição era “(...) especialmente destinada a formar *engenheiros civis* de obras públicas, minas e indústria, e habilitar para *comerciantes*. Ministrava também os *cursos preparatórios* para a admissão na escola do exército, escola naval, escolas médico-cirúrgicas e *pharmacia*”⁸. Segundo o Regulamento da Academia, de 1888, entre as matérias lecionadas, a Geografia não volta a surgir autonomamente. Nos cursos de Engenharia Civil, Industrial e de Obras Públicas e Minas, bem como no Curso de Comércio, existia no 3.º ano de licenciatura, uma disciplina em que se ensinava Economia Política, Estatística e princípios de Direito Público e de Direito Administrativo, onde alguns conhecimentos de Geografia Política e da Geografia Económica faziam parte do programa.

Como o ensino e as matérias se tornaram mais técnicos e específicos, foram adquiridos novos materiais e instrumentos científicos mas conservaram-se muitos outros, que tinham apoiado a leção dos anteriores temas. O capítulo X do Regulamento enumera os “estabelecimentos da academia auxiliares do ensino”, onde encontramos alguns diretamente relacionados com os trabalhos de campo geográficos e cartográficos: “Bibliotheca, observatório astronómico, gabinete de *physica*, laboratório químico, gabinete de zoologia, gabinete de mineralogia, geologia e paleontologia, gabinete de minas e laboratório metallúrgico, jardim botânico, collecção de modelos de

⁷ Ver Basto, 1937.

⁸ *Regulamento...*, 1888:5.

cinemática, collecção de instrumentos astronómicos, geodésicos e topográficos, collecção de estampas, e modelos de desenho”⁹.

Em 1836, no contexto das reformas setembristas, a Régia Escola de Cirurgia dará lugar à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que funcionará até à implantação da República, paralelamente à Academia Politécnica do Porto, formando muitas gerações de alunos do continente, dos arquipélagos atlânticos e dos territórios coloniais. Na mesma data também foi criada na cidade a Escola de Farmácia.

Algumas matérias lecionadas e investigadas nestas instituições ligam-se a temas geográficos. A mais conhecida é, provavelmente, a relação entre o clima e os estados de tempo e determinadas doenças. Foi no Porto que se divulgou uma das primeiras séries portuguesas de dados climáticos instrumentais, num periódico científico intitulado *O Ano Médico*, em 1796. Mas a Medicina também se interessava pelos aspetos geográficos, ao ser chamada a dar parecer sobre a salubridade urbana (Higiene Pública e Medicina Legal) ou sobre determinados territórios a colonizar, internamente ou em espaços ultramarinos (Medicina Tropical). Também no ensino de Farmácia eram tidos em consideração, aspetos da Botânica Sistemática na sua relação com a Fitogeografia.

As reformas de 1836 também não esqueceram o campo das Artes, criando na cidade a Academia Portuense de Belas-Artes, que se manterá até à entrada do regime republicano, acompanhada desde 1881, pela Escola de Belas-Artes do Porto. Em ambas a pintura de paisagem será amplamente ensinada e o desenho de Arquitetura desenvolver-se-á ao longo do século XX.

A UNIVERSIDADE DO PORTO E A GEOGRAFIA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS

Entre as primeiras reformas do novo regime republicano, estabelecido em outubro de 1910, contaram-se as dedicadas ao ensino, nos seus vários níveis. No ensino superior, a criação das Universidades de Lisboa e do Porto, representando o fim do monopólio da Universidade de Coimbra em Portugal e nos seus territórios coloniais, foi um momento decisivo, permitindo a constituição ou reformulação das instituições até então existentes.

Na Universidade do Porto, a Geografia surge desde o primeiro momento, pela sua ligação à Faculdade de Ciências (FCUP), criada em 1911. Desde então e até à reforma de 1930, o ensino da Geografia, segundo os seus vários ramos, esteve presente em diversos cursos. Em Ciências Histórico-Naturais (1º grupo da 3ª secção), que compreendia a Geologia, a Zoologia e a Botâ-

⁹ *Regulamento*, 1888:25-26.

nica, mais concretamente em Ciências Geológicas, eram lecionadas Cristalografia, Mineralogia, Petrologia, Paleontologia, Geologia, e uma disciplina de Geografia Física¹⁰. Existiam também cursos subsidiários de desenho, como o Desenho rigoroso, o Desenho de máquinas e o Desenho à vista de plantas e animais mas, de entre eles destacaríamos, com quatro aulas práticas no primeiro semestre do 4.º ano da licenciatura, os de Desenho Topográfico e Desenho aplicado à Cartografia, que entrarão no currículo dos alunos da Faculdade de Letras, quando esta for criada em 1919.

Nos primeiros anos da FCUP, no bacharelato em Ciências Histórico-Naturais, de quatro anos, existiam no 3.º ano, as disciplinas de Botânica Especial e Geografia Botânica, Desenho Topográfico e Zoologia dos Vertebrados e Geografia Zoológica e, no 4.º ano, uma Geografia Física, semestral. O curso passará a licenciatura em 1918. A reforma de 1926 estabelecerá no 3.º ano, a Botânica Sistemática, Fitogeografia e Fitopaleontologia, e a Zoologia Sistemática, Zoogeografia e Zoopaleontologia e, no 4.º ano, a Geografia Física. A posterior reforma de 1930 fará desaparecer a Geografia na Botânica mas criará duas novas disciplinas nas Ciências Biológicas: a Ecologia Vegetal e Fitogeografia e a Ecologia Animal e Zoogeografia, no 4.º ano¹¹. Também em 1930 é estabelecida no Curso de Ciências Físico-Químicas a disciplina de Geografia Física e Física do Globo, para os alunos do 4.º ano de licenciatura.

A GEOGRAFIA NA PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Aquando da fundação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Portugal tinha 6 milhões de habitantes, acabava de sair de uma guerra em várias frentes, na Europa e em África, vivia a instabilidade política da Primeira República e conhecia a última de uma série de epidemias, que provocara no País entre 50.000 e 100.000 vítimas, a chamada Gripe Espanhola¹². O Porto tinha então cerca de 200.000 habitantes, 46% dos quais analfabetos. Esse valor era mais elevado no conjunto do distrito, 63%, o que se aproximava da média nacional, que rondava os 70%. Não era apenas o ensino universitário que necessitava de reformas, mas toda a questão da “Instrução Pública”.

A FLUP data de agosto 1919 e à sua criação, envolta em polémica, ligam-se os nomes de António Granjo (1881-1921) e, sobretudo, de Leonardo Coimbra (1883-1936), filósofo e republicano convicto, então Ministro da Instrução Pública¹³. Na cidade do “31 de janeiro” de 1891, fora proclama-

¹⁰ Andrade, 2000:167.

¹¹ Salema, 2000:296-297.

¹² Ver Alves, 2012.

¹³ Cf. Alves, 2019:39; ver Magalhães, 2012.

da, poucos meses antes, a Monarquia do Norte, e daí partira um exército mal organizado e mal armado a combater os republicanos vindos do sul. Nessa cidade mal refeita dos acontecimentos políticos foi estabelecida uma nova instituição, que nem todos defendiam como necessária, mesmo dentro da academia, fundada nos ideais da *Renascença Portuguesa*¹⁴. Desse movimento intelectual sediado no Porto saíram alguns dos seus professores, outros vieram de Lisboa, transmitindo inovações teóricas e práticas pedagógicas¹⁵.

A estrutura da FLUP baseou-se na das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra estabelecidas em 1911, a que se somavam as alterações da reforma de 1918, plasmadas nos Decretos-Lei nº 4.651, de 14 de julho de 1918 e nº 4.945, de 1 de novembro de 1918¹⁶. Foram criados cinco cursos: Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Histórico-Geográficas e Ciências Filosóficas. Além do grau de licenciado, a Faculdade de Letras atribuía também o de Doutor em Ciências Históricas e em Ciências Geográficas¹⁷.

Na Licenciatura em Ciências Histórico-Geográficas da FLUP, as disciplinas de Geografia sempre foram minoritárias. Ao longo dos quatro anos existiam 31 disciplinas, sendo 5 de Geografia, 1 de Cartografia e Elementos de Topografia e 1 de Etnologia. O papel concedido à Geografia era de mera ciência auxiliar. No primeiro período de funcionamento da instituição, entre 1919 e 1925, no 1.º ano apenas existia uma disciplina anual, Geografia Geral, lecionada por A. A. Mendes Corrêa (1888-1960), e uma disciplina semestral, de Geografia Física, lecionada por Aarão Ferreira de Lacerda (1863-1926), na FCUP. No 2.º ano, mais três disciplinas asseguradas por Mendes Corrêa na FLUP, Antropogeografia Geral e Etnologia, semestrais, e Geografia de Portugal e Colónias, anual. Os alunos nelas inscritos frequentavam na FCUP, como disciplina obrigatória semestral, Cartografia e Elementos de Topografia. No 3.º ano existia apenas uma disciplina anual de Geografia, na FLUP, Geografia Política e Económica, que foi regida por sucessivos professores pouco relacionados com a matéria: António Luís Gomes (1898-1981), entre 1921 e 1923, Artur de Magalhães Basto (1894-1960), entre 1923 e 1924,

¹⁴ Cf. Alves, 2019:20

¹⁵ Do Liceu de Gil Vicente, um dos mais prestigiados de Lisboa, onde Leonardo Coimbra fora professor e bibliotecário, vieram para a FLUP, por sua indicação, vários professores, como Newton de Macedo, Canuto Soares e Delfim Santos - ver Ramos, 1983:254. Sobre a missão confiada a Leonardo Coimbra pelos republicanos é ilustrativo o telegrama que lhe foi enviado por Adriano Brandão e Adolfo Pinto de Souza, a 8 de junho de 1919: “Desde que o ensino encontrou em V.ª Ex.ª um defensor das novas teorias é urgente e indispensável continuar essa obra, purificando o professorado a bem da Universidade e prestígio da República” (Universidade Católica Portuguesa – Porto, Biblioteca Memorial Leonardo Coimbra, *Correspondência*, Telegrama 35).

¹⁶ Araújo, F., 2008:55.

¹⁷ Ver Ramos, 2011.

e Humberto Pinto de Lima (1902-1984), entre 1925 e 1926. No 4.º ano não existiam disciplinas de Geografia¹⁸.

Por se considerar fundamental na formação dos alunos de Letras, a Geografia de Portugal e Colónias era obrigatória em todas as licenciaturas¹⁹, como o era também, em conjunto com a Geografia Geral e a Geografia Política e Económica, para os alunos do Ensino Primário Superior, nas variantes de Filologia Românica, Filologia Germânica e Ciências Histórico-Geográficas.

À Geografia, ainda que minoritária, reconhecia-se, assim, alguma importância como portadora de conhecimentos úteis e da cultura geral do cidadão. A título de exemplo, transcrevemos o programa de Geografia Geral (1919/1920), disciplina obrigatória para todos os futuros professores formados pela FLUP. É uma Geografia física (geomorfologia, climatologia, biogeografia) e centrada na escala do planeta ou das suas grandes regiões. A Geografia Humana surge apenas na sua relação com as condições naturais:

“Conceito, divisões e evolução histórica da Geografia.

Origem, forma, dimensões e plano da Terra.

Relevo e modelado terrestre. Causas epigénicas e condições estruturais. Evolução hidrográfica. Ciclos d’erosão. As condições meteorológicas no modelado. O modelado das costas marítimas. O modelado glaciário. Deslocamentos da crusta. Vulcanismo. Classificação das montanhas.

As grandes áreas oceânicas, seus caracteres e sua formação.

Divisões naturais da Terra firme. Paleogeografia.

Estudo de cada uma das principais regiões geomorfológicas. Eurásia: região septentrional da Europa, zona dos massiços antigos, dobramentos alpinos, depressão mediterrânea; estudo sumário da região septentrional da Ásia, do bordalete montanhoso meridional, da costa ocidental do Pacífico e do sudeste asiático. Dados gerais sobre as principais regiões geomorfológicas de: Indo-África e plataforma australiana; América do Norte; Antilhas; América do Sul; terras polares.

Biogeografia. Zonas de vegetação e regiões zoológicas. O meio e os seres vivos.

Antropogeografia. Relações da Geografia Física com a Geografia humana²⁰.

Entre 1926 e a extinção definitiva da FLUP, em 1931, ocorreram algumas pequenas alterações, quer na estrutura das disciplinas, quer na atribuição das diversas temáticas aos professores. A Geografia Geral, no 1.º ano, continuou a ser lecionada por Mendes Corrêa, mas coadjuvado por Humberto Pinto de Lima. Também no 1.º ano e na FCUP, Mendes Corrêa substituiu Aarão Ferreira de Lacerda, na Geografia Física. No 2.º ano, desapareceu a Cartografia e Elementos de Topografia e a Geografia de Portugal e Coló-

¹⁸ Sá, 1986:203-204.

¹⁹ Em 1920/1921, por exemplo, frequentaram a disciplina 43 alunos dos vários cursos da FLUP, mas apenas 6 eram de Ciências Histórico-Geográficas (FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, II-8-56).

²⁰ FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, II-8-72-v.

nias, anual, subdividiu-se em duas disciplinas semestrais de Geografia de Portugal e de Geografia Colonial Portuguesa, ambas lecionadas por Mendes Corrêa, com a colaboração de Artur de Magalhães Basto, no que se refere a esta última²¹. No 3.º ano, a única cadeira de Geografia, a Geografia Política e Económica, foi assegurada por Humberto Pinto de Lima, Mendes Corrêa e Torquato de Sousa Soares (1903-1988).

A reforma de 1926 alterou também os estatutos de autonomia ou não autonomia de algumas grandes áreas científicas: a Filosofia foi unida à História criando-se o Curso de Ciências Histórico-Filosóficas. Em 1930, uma nova reforma extinguiu o Curso de Ciências Histórico-Geográficas. A Geografia seguia agora o seu rumo autonomamente, mas apenas nas Universidades de Coimbra e Lisboa²². Ao Porto a ordem chegara demasiado tarde: o Governo decretara já o encerramento da FLUP. A Geografia só reaparecerá na Universidade do Porto quatro décadas depois²³.

PROFESSORES E ALUNOS DE GEOGRAFIA

Atendendo às poucas matérias de Geografia lecionadas na FLUP, mesmo nas chamadas Ciências Histórico-Geográficas, o corpo docente ativo ao longo dos doze anos de funcionamento da instituição foi reduzido e com pouca ou nenhuma formação superior em Geografia. A figura tutelar e onnipresente foi António Augusto Mendes Corrêa, licenciado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1911 e Doutor em Ciências Histórico-Naturais, pela FCUP, em 1921. Tomou posse como Professor Ordinário da FLUP, em agosto de 1928 e foi nomeado Professor Ordinário de Ciências Geográficas, pelo Conselho Escolar da mesma instituição, em julho de 1925. A 2 de dezembro do mesmo ano foi-lhe concedido o título de Doutor em Letras, na área de Ciências Geográficas²⁴. Este último grau, como aconteceu com outros casos na FLUP, por a lei o permitir, não foi obtido através da apresentação, discussão e aprovação de qualquer trabalho académico, mas sim por votação entre os seus pares, o que provocou acesas críticas nas academias congéneres²⁵. Embora a obra publicada de Mendes Corrêa inclua centenas de títulos, são muito poucos os que, mesmo lateralmente, se relacionam com aspetos geográficos²⁶. Na investigação científica, o seu inte-

²¹ A substituição de Mendes Corrêa por Magalhães Basto, em dezembro de 1930, prende-se com a nomeação do primeiro como comissário português na Exposition Coloniale Internationale et des Pays d'Outre-Mer, realizada em Paris, em 1931.

²² Cf. Amaral, 1983.

²³ Ver Homem, 1991.

²⁴ Pina, 1966:108.

²⁵ Araújo, F, 2008:55.

²⁶ Cf. Eiras, 1989.

resse maior sempre passou pela Etnologia e pela Antropologia, em particular a Antropologia Física, com significativo desenvolvimento internacional, na década de 1930.

Como referimos, um importante contributo para a lecionação das matérias geográficas na FLUP, foi dado, numa primeira fase, por Aarão Ferreira de Lacerda, na Faculdade de Ciências. Como Mendes Corrêa, este professor era também licenciado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, doutorou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra e na Academia Politécnica do Porto foi lente de Filosofia, desde 1887, e de Zoologia, desde 1890. A seu cargo esteve a disciplina de Geografia Física que, como sabemos, não era exclusiva para os alunos de Letras²⁷.

Na Universidade do Porto, à presença dos médicos na Geografia há que juntar a dos juristas. Artur de Magalhães Basto, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e cunhado de Mendes Corrêa, foi por este proposto para professor da FLUP, em julho de 1922, e na instituição lecionou também Geografia, entre 1923 e 1928. António Luís Gomes, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, era filho de António Luís Gomes (1863-1961), Ministro do Fomento (1910) e Reitor da Universidade de Coimbra (1921-1924) e irmão de Ruy Luís Gomes (1905-1984), futuro professor da Faculdade de Ciências e futuro Reitor da Universidade do Porto, após 1974. Foi contratado para o Curso de Filologia Românica da FLUP, em 1919. O magistério dos dois juristas passou pela disciplina de Geografia Política e Económica, onde se descreviam países e capitais, aspetos demográficos, recursos económicos, redes de transportes e a estrutura política e administrativa dos Estados e das suas colónias.

Finalmente, o contributo de dois dos primeiros alunos da FLUP, licenciados em Ciências Histórico-Geográficas, em 1924, que entraram no corpo docente no ano seguinte: Torquato de Sousa Soares e Humberto Pinto de Lima, que também auxiliaram na disciplina de Geografia Política e Económica e na Geografia Geral. Com a extinção da FLUP, em 1931, o primeiro continuou a carreira na Universidade de Coimbra, com um interregno, como professor nos Estudos Gerais Universitários, de Angola, em Sá da Bandeira, entre 1967 e 1970; o segundo abandonou a Universidade em 1929, depois de ainda lecionar disciplinas de Antropologia e Arqueologia. Posteriormente, entrou na carreira diplomática, conhecendo-se a sua presença nos Conselhos Gerais de Portugal em Nairobi, entre 1932 e 1938, em São Francisco, em

²⁷ Andrade, 2000:169. Também no Curso Superior de Letras, em Lisboa, que antecedeu a Faculdade de Letras, a primeira cátedra de Geografia foi ocupada por um médico, Francisco Xavier da Silva Telles (1860-1930) - cf. Pimenta, 2019.

1944, em Salisbury, hoje Harare, em 1959, Tangerang, em 1960 e na Embaixada de Portugal em Brazzaville, entre 1962 e 1964²⁸.

Ao terminar a 1.^a República existia cerca de um milhar de alunos universitários no Porto, repartidos pelas diversas Faculdades: Ciências (388), Medicina (386), Letras (104), Farmácia (62) e Técnica (60). Os professores eram, no total das instituições, 141²⁹. Só nos primeiros quatro anos de funcionamento da FLUP (1920-1923) matricularam-se 165 estudantes, 37 (22,4%) dos quais em Ciências Histórico-Geográficas, 22 homens e 15 mulheres. A sua média de idades era de 22 anos. Apenas 12 (32,4%) eram naturais do Porto, os restantes do Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta³⁰. Concretamente nas disciplinas de Geografia, os números foram sempre ainda mais reduzidos. No último ano de funcionamento normal da FLUP (1927/1928) foram 27 os alunos matriculados nessas matérias: 13 a Geografia Geral, 6 a Geografia de Portugal, 2 em Antropogeografia e 6 em Geografia Política e Económica³¹.

Em escassos nove anos, entre 1923 e 1931, a FLUP formou 167 licenciados (88 alunas e 79 alunos), mas apenas 36 (22%) em Ciências Histórico-Geográficas. Um dado importante é encontrarmos registadas 15 (42%) licenciadas, quando na primitiva FLUP todo o corpo docente foi constituído exclusivamente por homens e o rácio homens/mulheres no quadro geral do ensino em Portugal estava longe de ser equilibrado³².

O outro interessante aspeto deste universo de alunos é a repartição geográfica das suas naturalidades. Vista como um fenómeno urbano, dentro de um quadro ideológico preciso e muito ligado a algumas instituições culturais do Porto na segunda década do século XX, a criação e existência da FLUP serviu afinal uma elite muito mais ampla, que não se limitou à cidade ou ao noroeste português. Apenas 9 (um quarto) dos alunos de Ciências Histórico-Geográficas eram naturais do Porto, a que somaríamos mais 3 de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Rio Tinto. Os vários núcleos emissores de estudantes, seja a média ou a “longa” distância, explicam-se pelos eixos da rede de caminho-de-ferro e seus acessos mais próximos: as linhas do Minho, do Douro e do Norte. Do Entre Douro e Minho chegam alunos de Valença, de Amares, de Braga e de Famalicão. Do Douro chegam, pela margem norte, de Carraceda de Ansiães, de Alijó, de Sabrosa, de Vila Real e mesmo do vale do Tâmega, de Vila Pouca de Aguiar; e pela margem sul, de São João da Pes-

²⁸ Sales e Mota, 2018.

²⁹ Carvalho, 1986:715-716.

³⁰ FLUP, Arquivo Central, 1.^a FLUP, II-6-1-f e II-6-3-f.

³¹ FLUP, Arquivo Central, 1.^a FLUP, II-8-14.

³² Santos, 1991:47.

queira, de Moimenta da Beira e de Cinfães. Pelas linhas da Beira Alta e do Norte, chegam da Guarda, de Oliveira do Hospital, de Oliveira de Azeméis, de Avanca e mesmo de Lisboa. Há ainda um estudante natural de Zamora e outro de Belém do Pará.

Todos chegam para estudar instalando-se na cidade, em quarto alugado, na casa de algum elemento da família, quase todos no centro, poucos nos arredores. A ida a casa só algumas vezes no ano. A descoberta do Porto e da Universidade faz-se rapidamente, porque tudo é perto e se encontra concentrado. Nas novas instituições escolares, multiplicam-se os departamentos, institutos, laboratórios, museus, gabinetes e bibliotecas.

O GABINETE DE GEOGRAFIA E AS BIBLIOTECAS DA FLUP

Como em qualquer outra escola contemporânea, certamente para apoio ao ensino dos temas geográficos, foi criado na primitiva FLUP um Gabinete de Geografia. Nele seriam guardados e se disponibilizariam materiais específicos, como mapas, globos, maquetes e, provavelmente, fontes e bibliografia necessárias aos professores e alunos, como estatísticas e monografias. Um bom exemplo de material pedagógico que pertenceu à primitiva FLUP é a coleção de mapas parietais franceses que ainda hoje se conserva no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Trata-se de um significativo conjunto de *Cartes Murales Vidal-Lablache*, com mapas físicos, políticos e económicos dos continentes, grandes regiões do Mundo e países, preparados e editados em Paris, e difundidos internacionalmente para as escolas³³. Ainda no ano do encerramento definitivo da FLUP (1930/1931), o orçamento do Gabinete contemplava a compra de atlas, mapas e globos para apoio ao ensino³⁴.

Atendendo à diversidade de matérias incluídas nos estudos geográficos, em particular, no que se refere aos aspetos da Geografia Física, os professores e os alunos não se limitariam à frequência da biblioteca da FLUP, com um rico e muito atualizado acervo bibliográfico, como veremos. Mais antigas e com importantes espólios herdados, doados ou adquiridos, existiam as bibliotecas das Faculdades Técnica, de Ciências e de Medicina. A estas, há que acrescentar as dos centros de investigação, como os relacionados com a Faculdade de Ciências: Museu e Laboratório Antropológico (desde 1912), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (desde 1918) e Instituto de Investigações Antropológicas (desde 1923), todos ligados à figura de

³³ Alguns desses exemplares estiveram patentes na exposição *Entrou-me uma alma nova! Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre abril e setembro de 2019.

³⁴ Cf. FLUP, Arquivo Central, 1.ª FLUP, II-6-16-fv.

Mendes Corrêa que, como referimos, na primitiva FLUP dirigiu os destinos da Geografia. Na FLUP fora criado o Instituto de Estudos Históricos, dirigido por Damião Peres (1889-1976), no qual existia uma Secção de Geografia, também coordenada por Mendes Corrêa³⁵. Na sequência da publicação da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, entre 1920 e 1922, o Instituto editou a *Revista de Estudos Históricos*, entre 1924 e 1926. Mas, falemos da Biblioteca da primitiva FLUP³⁶.

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Uma biblioteca é, ao mesmo tempo, o lugar e um símbolo dos seus leitores. Percorrendo o catálogo ‘geográfico’ da Biblioteca da ‘primitiva’ FLUP, acontece naturalmente ao espírito a imagem de professores e estudantes a requisitar os volumes que precisam consultar, uns para atualizar matérias de aula, outros para se submeterem ao seu exame. Livros, atlas e revistas criteriosamente adquiridos ao longo de mais de uma década, traduzem o espírito científico do lugar na sua época – um espírito forjado pela leitura concertada de um número considerável de obras em que tanto se incluem a *Evolução das Espécies* (1900) de Darwin (1809-1882) como a “Introdução geográfica” nas *Notas sobre Portugal* (1908), do geógrafo Silva Telles³⁷.

Para uma caracterização das duas faces – ‘técnica’ e ‘social’ – da ciência ensinada e produzida na FLUP no período de 1919-1931, optámos por identificar ‘exemplares’ geográficos utilizados por professores e estudantes para, em seguida, os interpretar nos ‘contextos’ mais genéricos das influências científicas internacionais e das formas de aplicação ao serviço do Estado, nomeadamente as associadas ao magistério de Mendes Corrêa, responsável pela Secção de Geografia³⁸.

O essencial da informação relativa à Biblioteca da ‘primeira’ FLUP encontra-se sistematizado na obra *Fundo primitivo da Biblioteca Central, 1919-1928* (1989), elenco das obras daquela instituição, hoje depositadas na Biblioteca Central da atual FLUP. A consulta do ‘Catálogo do Instituto de Antropologia’³⁹ permitiu complementar a informação que o ‘Fundo Primitivo’ já providenciava, afirmando de um modo mais nítido as relações interdisciplinares da Geografia e iluminando mais vivamente o contexto epistemológico geral das ‘Letras’ portuenses no início do século XX.

³⁵ Pina, 1966:103.

³⁶ À presença da Geografia na primitiva FLUP, com base na sua biblioteca, dedicámos já um primeiro estudo: Garcia e Pimenta, 2004.

³⁷ As datas de edição das obras referidas respeitam aos exemplares que pertenceram à biblioteca da primitiva FLUP e hoje se encontram na Biblioteca Central da atual FLUP.

³⁸ Ver Pimenta, 2005.

³⁹ FCUP, Biblioteca, Arquivo Professor Mendes Correia (1921-1967).

As obras de autores portugueses presentes no universo bibliográfico sobrevivente da biblioteca da instituição são um ponto de partida adequado para o reconhecimento das características principais da Geografia que se investigava e ensinava na FLUP de há um século. São exemplares dispersos da versão nacional de uma Ciência com uma tradição diversificada, que – no momento da sua institucionalização, que pouco antecede o da constituição daquela biblioteca – lutava ainda pela sua afirmação, procurando remover do corpo multiforme os elementos não-científicos que entorpeciam o seu desenvolvimento.

Em Portugal, a Geografia fora introduzida no Ensino superior pela mão de Silva Telles em 1904, no Curso de Superior de Letras, instituição que se consubstanciaria na Faculdade de Letras da Lisboa, no contexto da criação pela República, em 1911, das novas Universidades de Lisboa e do Porto. O primeiro doutoramento em Geografia teria lugar em Coimbra, em 1922, quando Aristides de Amorim Girão (1895-1960) apresenta e defende o estudo geográfico da *Bacia do Vouga*. Apesar das críticas de certo esquematismo que lhe são dirigidas, é o primeiro trabalho de uma Geografia anti-determinista, de acordo já com os princípios da *Geographie humaine* de Vidal de La Blache (1845-1918) e seus discípulos. Na Universidade do Porto, o primeiro título de Doutor em Ciências Geográficas seria entregue, administrativamente, em 1925, a Mendes Corrêa, professor da FCUP, que se manterá como responsável da Secção de Geografia até ao encerramento da Faculdade de Letras, em 1931.

Podemos notar que a Geografia portuguesa esboçava já uma tendência – que mais não deixaria de reforçar ao longo de todo o século XX – de dedicar estudos científicos tanto à metrópole como às colónias. A *Corografia Portuguesa* (1706-1712), do Padre Carvalho da Costa (1650-1715), embora oriunda duma tradição pré-universitária que, desde o Renascimento, vinha produzindo estudos sobre o País e algumas das suas regiões, atesta o tipo ‘nacional’ de produção geográfica que a “Introdução Geográfica” nas *Notas sobre Portugal* (1908), de Silva Telles representa: uma versão elaborada já nos moldes de uma Geografia científica e plenamente madura.

As preocupações geográficas sobre o ‘ultramar português’ podemos reconhecê-las num *Dicionário Geographico das Provincias e Possessões do Ultramar* (1850), de José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881), obra de sistematização descritiva, mas é na *Geographia e Estatistica Geral de Portugal e Colonias* (1875), de Gerardo A. Pery (1835-1894), onde, pela primeira vez, a informação geográfica sobre o Ultramar português é interpretada de uma forma integrada.

Aos estudos da nova disciplina associa-se o uso crescente da cartografia, no início de pendor mais descritivo, mas tornando-se progressivamente mais

interpretativa e até, como veremos, acentuando contornos propagandísticos, no contexto da afirmação do nacionalismo tardo-republicano que eclodiria e faria parte integrante da cultura académica do período totalitário que se lhe sucede.

As obras estrangeiras de Geografia existentes na Biblioteca indicam-nos, de algum modo, os programas de pesquisa internacionais que seriam dominantes no tempo de funcionamento da primitiva FLUP, assim como a geografia ‘política’ dessa produção. Se, decerto, ali estão presentes os grandes clássicos anglo-saxónicos – desde logo as obras de Ellen Semple (1863-1932) e Ellsworth Huntington (1876-1947), que tanta influência haveriam de ter na Geografia do Porto, especialmente a de Mendes Corrêa – a França e a Alemanha surgem como os dois países com mais autores e obras de Geografia, demonstrando como a Europa parecia a América e a Europa continental as Ilhas Britânicas – na localização dos principais centros de produção da Geografia internacional.

É igualmente importante tomar em consideração as línguas para que se traduziam as obras de maior divulgação, que nos indicam quais as ‘línguas francas’ de organização da Ciência internacional. Se hoje convivemos quase exclusivamente com a língua inglesa para esse fim, não deixa de ser notório, na composição do elenco das obras traduzidas, o elevado número de versões em castelhano, como, por exemplo, a *Geografía Económica* (1927) de Walter Schmidt (1888-1975) ou *Las Razas Humanas* (1888), do mais importante geógrafo do fim do século XIX, Friedrich Ratzel (1844-1904). As traduções portuguesas de obras fundamentais da Ciência geográfica são, ontem como hoje, quase inexistentes.

Na sua diversidade, os livros de Geografia internacional revelam as preocupações científicas e escolares que presidiram à sua aquisição. As grandes ‘obras fundadoras’ da Ciência geográfica estavam presentes na biblioteca da primitiva FLUP: *Cosmos* (1848), de Alexander von Humboldt (1769-1859), *Anthropogeographie* (1914), de Friedrich Ratzel, o *Atlas Générale* (1922), de Vidal de La Blache. Estavam também presentes os verdadeiros ‘manuais’ de ensino disciplinar, como o influente *Traité* (1902 e 1920), de De Martonne (1873-1955), no âmbito da Geografia física, no da Geografia humana, o *Dictionnaire* (1907), de A. Demangeon (1872-1940) ou o não menos importante livro de G. Chisholm (1850-1930), *Handbook of Commercial Geography* (1920). Referência permanente em trabalhos de Mendes Corrêa, ali podemos ver também a *Géographie Générale des Mers* (1933), de Camille Vallaux (1870-1945).

A entrada da Geografia na Universidade – se descontarmos as primeiras formulações de forte pendor idealista que C. Ritter (1779-1859) trouxera para a Universidade de Berlim – fez-se sob a égide do Naturalismo. Esta é uma situação que ocorre também com outras disciplinas da Ciência social, como

a Antropologia ou a Arqueologia, que hoje estão, como a Geografia, incorporadas nas Faculdades de Letras. Também na Biblioteca da FLUP temos acesso a inúmeros exemplares de obras científicas, e de várias disciplinas, de cunho fortemente naturalista.

Se em algum caso a presença de livros de Ciência natural, como, por exemplo, *La Terre* (1910), de Auguste Robin (1859-19--), se justifica pela partilha curricular de alguns cursos com a Faculdade de Ciências, muitos outros, como a *Histoire Naturelle* (1888), de Langlebert (1820-18--), ou o influente *Les Races Humaines* (1882), de Abel Hovelacque (1843-1896), parecem indicar a influência determinante do naturalismo biologista na formação de diversos programas de pesquisa disciplinares.

A Geografia humana é também profundamente influenciada pelo naturalismo dominante – disso nos dá conta a presença da obra de Ratzel, com especial significado, pelo carácter ‘fundacional’ que teria na disciplina, a *Anthropogeographie*. Em Portugal, a influência naturalista nos estudos da sociedade teria do mesmo modo inúmeros cultores e obras publicadas. Os *Elementos de Antropologia* (1880), de Oliveira Martins (1845-1894) são a sua expressão na ‘realista’ Geração de Setenta.

Algumas obras da escola do Porto, como *Homo* (1926), de Mendes Corrêa, aprofundam ainda mais esta subordinação do espírito humano à sua dimensão física e biológica. No contexto geral naturalista e evolucionista das ‘Letras’ na Universidade não é de estranhar que o principal responsável pela secção de Geografia defínisse, num livro sobre a geografia pré-histórica de Portugal, a essência *esquelética* de um povo:

O português actual é dolicocefalo, ortocéfalo (quase camecefalo), metriocéfalo (quase acrocéfalo), levemente eurimetópico, de buraco occipital mesossema (quase megassema), leptoprósopo, cameconco ou mesoconco, leptorrínico, fenezíxico (quase criptozíxico), mesostafilino (quase leptostafilino), ortognata e megalocéfalo⁴⁰.

O PROGRAMA GERAL DE INVESTIGAÇÃO

Com origem em formulações anteriores da ideia do Progresso humano, já presente no Século das Luzes, a concepção evolucionista da Natureza ganharia ímpeto irreprimível pouco após a publicação da *Evolução das Espécies* de Darwin. A par do movimento universitário internacional do seu tempo, também o programa geral de investigação e ensino da primitiva FLUP associará intimamente as concepções evolucionistas ao estudo da Sociedade.

Os professores e estudantes têm à sua disposição não apenas a obra ‘fundacional’ de Darwin, como também outras obras que nas Ciências naturais

⁴⁰ Corrêa, 1924:327.

são animadas pelo mesmo espírito ‘de evolução’, como uma tradução francesa de 1875, dos *Principles of Geology*, de Charles Lyell (1797-1875), ou as obras ‘recapitulacionistas’ de E. Haeckel (1834-1919) sobre o desenvolvimento embrionário, com datas de edição entre 1897 e 1908.

Mais importantes para uma caracterização do ‘ambiente evolucionista’ no estudo das ‘Letras’ são, porventura, as obras que nitidamente configuram a ‘tradução’ das noções originárias da Ciência natural para o âmbito da Ciência social, em vários domínios desta, como *Moïse ou Darwin* (1900), de A. Dodel (1843-1908), o *Précis de Logique Évolutionniste* (1897), de P. Regnaud (1838-1910), ou os *Ensaio sobre a Evolução da Humanidade* (1881), de Teixeira Bastos (1856-1902), discípulo e divulgador de Teófilo Braga (1843-1924) – e as de Herbert Spencer (1820-1903), com datas de edição entre 1861 e 1930, um dos autores que mais influência terá exercido na configuração de uma Ciência evolucionista da Sociedade.

A receção do Evolucionismo pela Universidade não foi uniforme e a presença de uma obra sobre apuramento de raças animais – *Darwinismus und Thierproduktion* (1876) – subtilmente nos informa de que a FLUP estava, nos inícios do século XX, bastante recetiva às versões mais ‘aptistas’ da doutrina. Ao contrário dos postulados darwinistas da História natural – que pressupunham a modificação prévia do organismo (hoje diríamos, ‘genética’), melhor adaptabilidade ao meio ambiente e predomínio quantitativo da prole como condições da evolução das espécies – as versões ‘neo-lamarckianas’ invertiam esta ordem de causalidade, afirmando que a modificação *exterior* do ambiente poderia induzir transformações estruturais nos seres vivos. Compreende-se o efeito poderoso desta inversão quando associada à aplicação dos princípios da ‘lenta transformação das espécies’ ao ‘súbito aperfeiçoamento da sociedade’.

Vários exemplares da biblioteca que aqui vamos compulsando indiciam que, da Filosofia à Educação, da História à Etnografia, nenhum domínio disciplinar das ‘Letras’ ficou imune à avassaladora influência de versões mais ou menos extremas de Darwinismo social.

Da mesma natureza ‘aptista’ da obra referida, podemos ver *Experimentelle Abstammungs und Vererbungslehre* (1913) e *Évolution individuelle et Hérité* (1898), respetivamente de Ernst Lehmann (1880-1957) e Félix Le Dantec (1869-1917), dois autores unidos pelo radicalismo lamarckiano; mas também as obras que exprimem a intenção de aperfeiçoamento pedagógico e individual: *Education: intellectual, moral and physical* (1905), de Spencer, ou as *Questões Pedagógicas: os exercícios militares na Escola* (1911), de F. Adolfo Coelho (1847-1919) – a tudo cobrindo, como uma cúpula doutrinária, a firme crença no poder da *Hygiène Sociale contre le paupérisme* (1882), de Adolphe Coste (1842-1901).

Com a companhia de Lehman e Le Daudet, a que poderíamos juntar *Race*

et milieu (1909), de G. Lapouge (1854-1936), a Ciência social lamarckiana – que a situação política internacional, a partir da eclosão de movimentos e ideologias *fascisti*, condicionava e refletia – aproximou-se perigosamente da defesa do eugenismo, o que permitiria, ao mais ilustre representante da Geografia académica do Porto, afirmar, em 1928, a *seleção artificial* da espécie humana como uma obrigação do Estado.

Longe de mim concluir que a raça está inteiramente perdida, que a população portuguesa está condenada a perecer em breve numa selecção inexorável. Eu confio nos agentes automáticos de depuração natural e na sobrevivência de gerações fortes. Mas é preciso não esperar que a natureza, cruelmente ceife as existências de pobres criaturas que nasceram fracas, doentes ou predispostas à doença. De resto, sobrevivem, mercê da terapêutica e da higiene, muitos indivíduos que atravessam a vida contagiando os sãos, desfalcando terrivelmente a saúde, a tranquilidade, a economia e a moralidade públicas. Governar (...) é também seleccionar⁴¹.

Operada a inversão epistemológica que permitiu substituir a ‘possibilidade’ da Natureza pela ‘necessidade’ social – uma ciência descritiva da evolução natural por uma ciência prescritiva da evolução social –, surge no espírito ‘moderno’ das primeiras décadas do século XX a tentativa de criar uma ciência total do Homem.

Na Universidade do Porto esta teleologia científica encontrou abrigo na ‘Antropologia’ de que, mais tarde, num testemunho já anacrónico de J. R. Santos Júnior (1901-1990), o sucessor de Mendes Corrêa, definiria o objeto inteiro e *compacto*:

A Antropologia estuda o homem na sua morfologia externa (Somatologia), na estruturação interna (Anatomia Humana, Esplancnologia), nas suas capacidades de ordem superior e intelectual (Filosofia, Psicologia Humana), nos problemas da origem do homem e da sua evolução (Paletnologia ou Paleontologia Humana), no estudo das civilizações (História, Política, Antropologia Social, Sociologia), nas suas múltiplas capacidades de expressão e de comunicação (Linguística), nos múltiplos problemas ligados às necessidades vitais imediatas, comida, abrigo, propagação da espécie (Etnografia ou Antropologia Cultural, Económica e Política), nos problemas de ordem superior que se ligam não só à origem e evolução da vida humana (Embriologia, Hereditariedade, Genética), mas também ao problema transcendente e aguilhoante de além-da-vida, do postmortem (Religiões, Teologia)⁴².

É uma ‘ciência social total’ que subordina a cultura e a história às influências determinantes do *ambiente* e da *raça*. O já referido livro de Lapouge, *Race et milieu social* – com o significativo subtítulo *Essais*

⁴¹ Corrêa, 1928:6-7.

⁴² Santos Júnior, 1971:7-8.

d'Anthroposociologie – é decerto um dos textos sagrados da nova liturgia. Outros títulos confirmam esta tendência e alguns deles, como *Les Fonctions mentales dans les sociétés inférieures* (1918 e 1928), de Lévi-Bruhl (1857-1939), contribuirão para firmar a *irreducibilidade* cultural dos diversos povos da terra, conceção influente que se fará sentir na Ciência social ao longo de quase todo o século XX.

Na abundante bibliografia de Mendes Corrêa existem inúmeros títulos que exprimem uma investigação científica baseada na subordinação da cultura à *raça*, e da história ao *ambiente*. *Geologia e Antropologia em Portugal* (1929) ou *Antropologia e História* (1954) são obras que indiciam a expressão paradigmática da Geografia como uma ‘mesologia’ – que, mais do que as relações ecológicas das comunidades com o lugar em que habitam, deseja sobretudo conhecer ‘o peso formidável do ambiente na formação da raça’. Neste contexto, não passa de uma singularidade que encontremos na biblioteca da primitiva FLUP *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire* (1922), em que Lucien Febvre (1878-1956) fundamenta o primado da cultura na relação social com a natureza.

A influência ‘antropológica’ na Geografia do Porto fica bem explícita no número de obras de Ratzel e seus discípulos. Não apenas ali vemos a influente obra *Anthropogeographie*, e as respectivas traduções espanhola (1888) e italiana (1914), como também *Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthro-geography* (1914), de Ellen Semple, ou *Principles of Human Geography* (1921), de Ellsworth Huntington, este último um exemplar serôdio e radical do pensamento determinista em Geografia humana, onde a influência do ambiente na vida social é levado ao extremo caricatural de afirmar que a ‘zonalidade climática’ apenas se adequaria à ‘civilização evoluída’ em três regiões do mundo: América do Norte, Europa média, e Austrália meridional. Com metodologias similares e objetivos equivalentes, a ‘Antropogeografia’ do Porto desenvolveria um programa ‘compacto’ de fundamentação ‘determinista’ da *formação e expansão* de Portugal.

IDENTIDADE E ORDEM

A caracterização epistemológica do programa científico-pedagógico da Geografia da FLUP, entre 1919 e 1931, pode caracterizar-se fazendo apelo a dois tipos de relações com o objeto teórico da disciplina: *identidade e ordem*.

Os *Povos primitivos da Lusitânia*, de Mendes Corrêa, cuja data de edição (1924) plenamente se localiza no período de existência da FLUP, é a obra *pivot* da tentativa de estabelecimento de ‘grande antiguidade’ da identidade étnica do ocidente em relação ao resto da Península Ibérica e, assim, da justificação da autonomia nacional. Mais tarde, outras obras mais

regionalistas aprofundariam a relação supostamente orgânica das partes do território e o seu todo, mas nunca se desenvolveriam de acordo com os preceitos humanistas em que a Geografia europeia se começava então a fundamentar.

A ideia de superioridade racial aplicada aos estudos do Ultramar português teria o seu epígono na publicação da obra de Mendes Corrêa, *Raças do Império*, em 1943. No breve período de funcionamento da FLUP o trabalho relacionado com a Antropogeografia colonial limitar-se-ia à revisão de materiais, sobretudo, antropométricos, de missões como as Fonseca Cardoso (1865-1912); seria apenas após o encerramento da instituição, que Mendes Corrêa se dedicaria ao trabalho de campo no mundo tropical. Muito significativamente, nenhuma obra de Geografia propriamente tropical viu a luz no magistério da FLUP, embora seja necessário recordar que Mendes Corrêa viria a presidir a duas das principais instituições ‘geográficas’ do colonialismo e tropicalismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Junta das Missões Geográficas.

A Geografia na FLUP é um exemplo eloquente das relações estreitas que a Universidade estabelece com a Política e, por isso, dos riscos genéricos de qualquer forma intensa de ativismo académico. Dependente do professorado de Ciências e, por isso, mais físico-antropológico do que geográfico, favorecendo mais a ‘influência da raça’ do que a ‘do ambiente’, o programa antropogeográfico do Porto retira do contexto geral do evolucionismo a sua versão mais estridente, e até contraditória com os postulados de Darwin, que se designou retrospectivamente de ‘neo-lamarckianismo’ – assentando, por um lado, na afirmação da articulação ‘eficiente’ de uma relação mesológica-antropológica única no extremo ocidental da Península Ibérica, materializada na ‘Nação’ portuguesa, e, por outro, na fundamentação, no quadro da diferenciação racial, da expansão de Portugal no mundo tropical.

O magistério de Mendes Corrêa, a periferização da face ambiental dos estudos sociais frente ao racismo genético e a eleição de temas de investigação associados a claros propósitos não-científicos, etnicistas e racialistas, tornam difícil afirmar que se possa considerar o ensino na primitiva FLUP como muito significativo na evolução da Geografia académica portuguesa – esta teria de esperar pelos contributos decisivos de Amorim Girão na Universidade de Coimbra e, especialmente, de Orlando Ribeiro (1911-1997) nesta e, sobretudo, na Universidade de Lisboa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Fernandes (2019) – Das Faculdades de Letras à FLUP (1919). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. 4.^a série. 9:1, 3-49.

ALVES, Jorge Fernandes (2012) – *A Universidade na República, a República na Universidade : a UP e a I República, 1910-1926*. Porto: Universidade do Porto.

AMARAL, Ilídio do (1983) – Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 68-82.

ANDRADE, Miguel Montenegro de (2000) – A Mineralogia e Geologia na Faculdade de Ciências do Porto. In *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: os primeiros 75 anos: 1911-1986*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p. 165-273.

ARAÚJO, Francisco Miguel Veloso (2008) – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em História da Educação.

ARAÚJO, José Moreira de; BERNARDO, Luís Miguel; MONTEIRO, Marisa (2012) – *250 anos da criação da Aula da Náutica do Porto: catálogo*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64528>.

BARATA, Paulo J. S. (2003) – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à Biblioteca Pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BASTO, Artur de Magalhães (1937) – *Memória histórica da Academia Politécnica do Pôrto*. Porto: Universidade do Porto.

CABRAL, Luís, coord. (1984) – *Biblioteca Pública Municipal do Porto: exposição no 150.º aniversário da sua fundação, 1833-1983*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CARVALHO, Rómulo (1986) – *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CORRÊA, A. A. Mendes (1928) – *O Problema eugénico em Portugal*. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa. Sep. de Congresso Nacional de Medicina. Porto, 1927.

CORRÊA, A. A. Mendes (1924) – *Os Povos primitivos da Lusitânia*. Porto: A. Figueirinhas.

EIRAS, Adriano (1989) – *Faculdade de Letras do Porto (1919-1931): contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Fundo primitivo da Biblioteca Central: 1919-1928 (1989). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GARCIA, João Carlos, coord. (2019) - *Os Mapas da Academia: a Cartografia na Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

GARCIA, João Carlos; PIMENTA, José Ramiro (2004) – Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): ciência, ensino e divulgação. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 545-559.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1991) – A História que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto. *Revista de História*. 11, p. 227-240.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2012) – Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. In NETO, Vítor, coord. – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, p. 457-469.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2012) – *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo: de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em Antropologia Social e Cultural.

PIMENTA, José Ramiro (2005) – O ‘Laboratório’ de Mendes Correia: geohistoriografia do programa de investigação da ‘Cultura Castreja’ na terceira década do século XX. In COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 10.º, Évora, 2005 – *A Geografia Ibérica no contexto europeu: actas*. Évora: Universidade de Évora; Associação Portuguesa de Geógrafos. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/108.pdf.

PIMENTA, José Ramiro (2019) – Francisco Xavier da Silva Teles. In MATOS, Sérgio Campos, coord. – *Dicionário de historiadores portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/imagens/silva_teles.pdf.

PINA, Luís de (1966) – Faculdade de Letras do Porto: breve história. *Cale*. Porto. 1, 59-172.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (2011) – A Primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 42, 95-108.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (1983) – Notas sobre a origem e o estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª série. 1, 245-260.

Regulamento da Academia Polytechnica do Porto: aprovado por decreto de 28 de junho de 1888. Porto: Typographia Occidental, 1888.

SÁ, Vítor de (1986) – Notas sobre o ensino da História na 1.^a Faculdade de Letras do Porto. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 2.^a série. 3, 199-209.

SALEMA, Roberto (2000) – A Botânica na Faculdade de Ciências do Porto. In *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: os primeiros 75 anos: 1911-1986*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p. 275-347.

SALES, José das Candeias; MOTA, Susana (2018) – Tutankhamon em Portugal: relatos na imprensa portuguesa, 1922-1939: a revista *Diónyssos*, Huberto Pinto de Lima e Tutankhamon. *Revista de História, da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. 18, 227-249.

SANTOS, Cândido dos (1996) – *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto.

SANTOS, Cândido dos (1991) – *A Mulher e a Universidade do Porto: a propósito do Centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*. Porto: Universidade do Porto.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1971) – Antropologia: amplitude e finalidade desta ciência. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22:1, 5-19.

2.º Centenário da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto, 1803-1837. Porto: Universidade do Porto, 2003.